



# Anais da Assembléia

Nº 37

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 30 DE ABRIL DE 1980

ANO VI

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

### ATA DA 35.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 1980

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e José Tavares.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### OFÍCIOS:

Sob os números 48, 50 e 51/80, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei números:

**173/79:**

Dos Senhores Deputados **ANTÔNIO FACCI** e **GABRIEL MANOEL**, que inclui no Artigo 73, da Lei n.º 7.051, de 04 de dezembro de 1978, que estrutura e organiza a coordenação da Receita do Estado - CRE, Parágrafo com redação que especifica, o qual convertido em lei tomou o número 7.031.—

**Anote-se. Arquite-se.**

**149/79:**

Do Senhor Deputado **JOSÉ TAVARES**, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Miguel Couto, da Cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o número 7.032.— **Anote-se. Arquite-se.**

**150/79:**

Do Senhor Deputado **EGON PUDELL**, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Vera Cruz do Oeste, no Município de Céu Azul, o qual convertido em Lei tomou o número 7.303.—

**Anote-se. Arquite-se.**

### INDICAÇÃO:

### INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, comunica à Mesa, que fará parte da Comissão Parlamentar de Inquérito do DETRAN, em nome do Partido Trabalhista Brasileiro, bem como o nobre Deputado Mário Celso, como suplente.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1980.

(a) **ADALBERTO DAROS.**

Líder do PTB.

### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 131/79, de sua autoria, que visa a criação do Distrito Administrativo de Figueira.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1980

(a) **GABRIEL MANOEL.**

### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Wallace Tadeu de Mello e Silva, de tradicional família desta Capital, ocorrido no dia de ontem.

Requer, outrossim, que a decisão deste Poder seja comunicada à família, na rua Frederico Cantarelli, 220, bairro do Bigorrião.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1980.

(a) **Waldyr Pugliesi.**

### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consagração na ata dos trabalhos de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Bortolo Durigan, ocorrido no dia 24 último, nesta Capital.

Outrossim, aprovado o presente, requer seja dado ciência da decisão da Casa à família enlutada na pessoa do Sr. Olívio Durigan - Rua Manoel Ribas 6169 - Curitiba.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1980.

(a) **CARLOS ZANLORENZI.**

### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Prof. Dr. GERSON TORRES PEREIRA, ocorrido sábado último, na Cidade de Castro.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1980.

(a) **DÁCIO LEONEL.**

### REQUERIMENTO.

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se consigne em ata dos tra-

balhos de hoje um VOTO DE REGOZILHO pela passagem do 20.º Aniversário do Bispado de Campo Mourão, sob a égide de Dom ELISEU SIMÕES MENDES, outrossim solicita que da decisão desta Casa de dê ciência ao mesmo no seguinte endereço:

REV. DOM ELISEU SIMÕES MENDES

Diocese de Campo Mourão - Pr.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1.980

a) Darcy Deitos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja enviado apelo ao Ilustríssimo Sr. Cel. André Luiz dos Santos, DD. Diretor da Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos, apelando no sentido de que, com a urgência que se faz necessária, seja determinada a instalação de sistema telegráfico junto à agência de correios da Cidade de Corbélia, tornando possível a expedição e recebimentos de telegramas o que com justiça vem sendo reclamado pela população.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1.980.

a) Lineu Turra.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições, vem requerer seja consignando um voto de aplauso ao jovem artista CLÉCIO COZER, que recebeu premiação especial no II Salão de Artes Visuais do Norte do Paraná, promoção do Setor de Artes Plásticas da Casa de Cultura e Centro de Educação, Comunicação e Artes da Universidade de Londrina, com patrocínio do Ministério de Educação e Cultura, Funarte e SEAC, realizado em Londrina, recentemente, onde o trabalho do artista toledano foi premiado entre os 7 primeiros num total de 77 trabalhos apresentados, o que destaca sobremaneira a criatividade e qualidade do referido artista.

Requer-se cópia ao estudante premiado, bem como ao Centro de Criatividade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1.980

a) Nelson Friedrich.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o Plenário, voto de congratulações à SOCIEDADE BENEFICENTE CULTURAL RUI BARBOSA, (Av. Anita Garibaldi, 1.854) pelo transcurso do 71.º Aniversário de fundação.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1.980

a) Nestor Baptista.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata da presente sessão, um voto de congratulações ao Dr. Amosis Correia Defreitas, pela sua assunção no cargo de Diretor Regional da LBA - no Paraná.

Por seus méritos pessoais e tendo em vista os excelentes trabalhos desenvolvidos nos cargos que ocupou, o homenageado tornou-se merecedor de notável consideração da sociedade.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1.980

a) Ezequias Losso.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições e atendendo as formalidades legais, REQUER o envio de TELEX ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, solicitando que o mesmo desaproprie a Fazenda Madalena, município de Wenceslau Braz; à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando imediatas providências, uma vez que há presença de jagunços na área, agindo arbitrariamente, inclusive queimando residências de posseiros-agricultores; à Secretaria de Estado da Justiça, para que interceda de maneira decisiva na solução da problemática social existente na área, onde a ameaça de despejo é uma constante por parte da família Maluf, proprietária da referida Fazenda.

Requer, outrossim, o envio de expediente, contendo o teor do presente, à Coordenadoria Regional do Incra, ao Governador do Estado e à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1.980

a) Nelson Friedrich.

#### JUSTIFICATIVA:

Em maio do ano passado, este Deputado, tendo em vista as ameaças de despejo, solicitou ao INCRA e à Secretaria de Estado da Justiça, que intervissem visando a solução do grave problema possessório existente na Fazenda Santa Madalena, de propriedade da família Maluf, no município de Wenceslau Braz, onde residem 183 famílias de posseiros.

Em 6 de agosto de 1.979, a Coordenadoria Regional do Incra informou, através de ofício, que a família Maluf havia se comprometido a não promoverem contra os posseiros medida alguma judicial, visando encontrar um meio de composição amigável entre as partes. Na ocasião, o próprio Coordenador Regional do INCRA, Sr. José Guilherme Cavagnari, comunicava que aquele órgão entraria em contato com os posseiros e seus representantes sindicais visando encontrar a melhor forma de solucionar tão angustiante questão.

No dia 27 de setembro, o Secretário de Estado da Justiça, em resposta à Assembléia Legislativa, de maneira estranha e omissa, preocupou-se tão somente em descrever as informações que recebeu da família Maluf, não se referindo ao problema em si.

Agora, passado um ano, a situação na Fazenda Santa Madalena é dramática, pois apesar da maioria das 183 famílias lá residentes possuírem a posse pacífica há mais de 20 anos e ocuparem mais de 1.700 alqueires de um total de 1.800, os jagunços, a serviço dos pretensos proprietários, continuam a agir contra os indefesos. Ontem, 29.04.80, chegaram ao cúmulo de queimar uma casa de uma família de posseiros, fazendo com que haja no local extrema tensão social.

Enquanto isso, a família Maluf, que só ocupa 80 alqueires de área, onde planta 'kiri', nega-se a dialogar com os agricultores e seus representantes, começa a demarcar a área, querendo loteá-la e conseqüentemente, vendê-la.

É necessário, portanto, que o INCRA desaproprie aquela Fazenda, tendo em vista a relevância social; que a Secretaria de Segurança Pública coíba os atos selvagens dos jagunços que lá estão, bem como que a Secretaria da Justiça interceda, visando solucionar a questão.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo

Sr. Marino Bueno Brandão Braga, DD. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, apelando no sentido de que seja instalado o Cartório de Registro de Imóveis na Comarca de Corbélia, com a urgência que se faz necessária, tendo em consideração os inconvenientes que vem acarretando aos proprietários de terrenos daquele Município e Comarca, o fato desse registro ser feito em outra Comarca, não só pelo tempo e despesas que acarreta, como também face aos entraves que encontram até nas transações bancárias.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1980.

a) LINEU TURRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, apelando no sentido de que seja determinado, com a urgência que se faz necessária, a construção de trevo na BR-369, de acesso à cidade de Corbélia, como ainda se procedam as indispensáveis sinalizações, indicação de distâncias, a partir de Cascavel-Corbélia-Ubiratã, tendo em vista que pela ausência dessas providências aquele trecho tem sido palco de graves acidentes.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1980.

a) LINEU TURRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência que após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Osvaldo Roberto Colin, DD. Presidente do Banco do Brasil S/A., que considerando a importância do Município de Corbélia como grande produtor de cereais e sua densidade demográfica já atingindo aos setenta mil habitantes, seja estudada a viabilidade de instalação de uma agência do Banco naquela cidade, atendendo justa reivindicação do seu povo.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1980.

(a) LINEU TURRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que o Poder Legislativo officie aos Excelentíssimos Senhores Ministro da Fazenda, à Diretoria do Conselho Nacional de Comércio Exterior, à Direção da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil e ao Secretário da Receita Federal, solicitando que seja facilitado o "COMÉRCIO DE FORMIGA" entre brasileiros e paraguaios na região de Foz do Iguaçu e que se eleve o valor dessas operação de US\$ 150 para US\$ 500.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1980.

a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a inclusão na Ordem do Dia dos projetos de lei de sua autoria de n.os 139/79 e 127/79, que visam respectivamente a criação dos Municípios de Jesuítas e Três Barras do Paraná.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1980.

a) FUAD NACLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER após ouvido o Plenário, o arquivamento do

Projeto de Lei n.º 162/79, de sua autoria, que visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Curitiba uma motoniveladora.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1980.

a) GABRIEL MANOEL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam transcritos nos Anais desta Assembléia Legislativa as Conclusões da 1.ª Etapa do I Encontro de Professores do Oeste Paranaense - I EPOP, realizado nos dias 19 e 20 do corrente em Cascavel, conforme carta em anexo.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1980.

a) FIDELCINO TOLENTINO

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está finda a leitura do expediente. A Mesa registra com satisfação a presença, em nosso plenário, do Deputado Federal Norton Macedo, bem como do Frei Nereu.

Concedo a palavra, ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"O mês de abril começa com o "Dia da Mentira", aliás, um dia depois de 31 de março, o dia em que alguns comemoram o aniversário de uma "revolução" que, como uma grande mentira, enganou a muitos. Promovida em nome do combate à subversão e à corrupção, seus governos subverteram a Constituição, as Leis e os costumes democráticos deste país; e, ao final de 16 anos, constata-se que a corrupção antes de 64 pode ser chamada de "corrupção de centavos" em comparação com a atual corrupção de milhões de dólares.

O mês continua com o 21 de Abril — que é Dia de Tiradentes e também Dia dos Metalúrgicos. Este ano, muitos metalúrgicos não comemoram o seu dia com festas peleguistas, mas com o sentimento fecundo de companheiros em greve, de homens em luta. Em São Paulo, os metalúrgicos levaram às assembléias enormes cartazes — pintados por eles mesmos — com a imagem de Tiradentes e de Lula, lado a lado.

O povo vai vendo que a lição de independência e liberdade, que o povo brasileiro herdou de Tiradentes, não está sendo administrada pelo Governo; essa herança está sendo assumida sim, pelos metalúrgicos em greve, pela Igreja que os apoia, pelos trabalhadores e brasileiros em geral que vão se posicionando pela justiça social, independência nacional e pelas liberdades democráticas. De um lado, vai se posicionando a Nação, de outro lado, vai ficando isolado o Governo.

Mas o mês de abril vai acabar e maio vai, como sempre, ser iniciado pelo Dia do Trabalho. Aliás, não como sempre: este ano, depois de anos de sufoco e silêncio, de embustes e festas governistas que são verdadeiras orgias cívicas sem civismo e com muita hipocrisia, este ano a coisa vai ser diferente.

Os Movimentos Populares se mobilizam. Em Curitiba, na Vila Nossa Senhora da Luz, a partir das 14 horas, a grande concentração de trabalhadores.

Em Londrina, o PMDB, o PT, o PTB, o Movimento Contra a Carestia, a Frente Democrática da Mulher Londrinense, o Movimento Estudantil Secundarista e outras entidades (com lamentável ausência dos Sindicatos) promovem na praça um comício-festa de 1.º de Maio. Comício porque Primeiro de Maio é dia de luta, de lembrar e analisar as derrotas do passado, para buscar com mais acerto o futuro. E festa porque é dia de comemorar as vitórias do passado e as vitórias do futuro.

No ano passado, essa comemoração foi promovida apenas pelo Comitê Londrinense pela Anistia e pelo MDB. Este ano, cresce o número de entidades promotoras, porque vamos ven-

cendo o medo e a descrença - essas duas grandes doenças que o Governo conseguiu inocular à força no povo brasileiro.

O povo estará lá para lembrar que abril foi o mês de luta e que maio deve começar também com luta, lucidez e com esperança.

Se abril foi o mês de lembrar de Tiradentes, todo o ano será tempo de cumprir sua herança de luta.

Vamos lembrar que ao lado de Tiradentes estavam advogados e poetas, como hoje estão a OAB e a ABI, e a intelectualidade nacional exigindo uma Assembléia Nacional Constituinte.

Vamos lembrar que ao lado de Tiradentes estavam militares, como hoje estão o General Andrade Serpa, e outros brasileiros de farda, a compreender que seu compromisso maior é com a nossa gente e nossa terra, que são realidades permanentes, e não com um governo, instituição transitória e, no caso do atual governo, em falência econômica, política e moral.

Vamos lembrar que, naquela época, o poder era representado por Dona Maria, chamada a Rainha Louca. Loucura significa alienação da realidade. Assim, podemos dizer que temos hoje um Governo louco, na medida em que suas medidas estão alheias aos interesses do povo e sempre voltadas para os interesses dos grandes grupos nacionais e estrangeiros e da burocracia estatal.

Temos um Governo louco, na medida em que um Ministro do Trabalho vai a Maringá participar de uma feira agropecuária, enquanto 200 mil metalúrgicos estavam em greve em São Paulo - e, em Maringá, o Ministro chega para dizer que não gosta de barbudos.

Tiradentes era barbudo.

Morreu barbudo porque não usou a navalha que deixaram em sua cela. Nem se barbeou, nem se suicidou, como pretendiam os carcereiros.

Os trabalhadores deste país também não parecem mais dispostos a se suicidar através do conformismo, da indiferença, da descrença e do medo.

A cada Primeiro de Maio, mais trabalhadores mostram que não estão confirmados apenas sobreviver como força de trabalho de um regime injusto, mas que estão dispostos a lutar para viverem na plenitude dos direitos e no gozo das conquistas.

Os movimentos ganham corpo. Ganham consciência. As lutas de classe mostram o grau de politização das massas trabalhadoras, mas ainda existem algumas preocupações, como a CLT, por exemplo, que é superada e incapaz de salvaguardar seus interesses; a inexistência de segurança e higiene no trabalho; a falta de estabilidade no emprego e a imposição do FGTS por parte das empresas; a política salarial, principalmente a questão de cálculo da produtividade. Enfim, a legislação trabalhista brasileira está arcaica, cheia de reparos e remendos, e há muito espera uma modificação.

Arnaldo Sussekund, ex-Ministro do Trabalho, disse: "A legislação trabalhista constitui um intervencionismo básico do Estado, através do qual, leis imperativas estabelecem o mínimo de garantias aplicadas a todos os trabalhadores. A legislação brasileira, na área trabalhista, está estagnada". Outras colocações do ex-Ministro do Trabalho: "O que se verifica no momento é um atrito entre os fatos sociais e as leis trabalhistas em vigor. É evidente que, no estado de direito que caracteriza a democracia, todos têm a obrigação de cumprir a lei, mas é conveniente que, paralelamente, se cuide de adaptar essas leis à nova realidade brasileira".

Não resta dúvidas de que o maior problema do trabalhador brasileiro atualmente é a falta de segurança no emprego, causada pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, que permite a dispensa sem justa causa. O trabalhador perdeu a sua maior conquista que é a estabilidade de emprego. Com uma agravante: na legislação, o FGTS consta como opcional,

mas na realidade é obrigatório, pois as empresas só empregam aqueles que aceitam o Fundo.

É preciso modificar a legislação. Sem a estabilidade, o trabalhador pode ser despedido por uma simples "conveniência de serviço".

Esse furo na lei permite uma alta rotatividade de empregados, a qual só beneficia as empresas. E ainda solapa na base o direito de greve, já que esse regime o empregador não precisa nem justificar a demissão.

O governo sabe que é preciso uma revisão urgente na legislação trabalhista brasileira, a começar pela CLT, que é fascista e superada.

"Todo homem tem o direito inalienável à vida, à liberdade e à busca de felicidade". É a primeira frase da introdução à Constituição dos Estados Unidos da América e da República Popular do Vietnã. Quando a Lei coloca em risco um desses três direitos inalienáveis do homem, o dever do governante é reconhecer o perigo e tentar mudar a lei. Se o governo notar que existe uma revolta geral do povo contra a forma como tais leis são executadas, o dever desse Governo é transigir e buscar, através de negociações, o retorno à normalidade.

Palavras de Márcio Moreira Alves: "Em São Paulo existe um grupo poderoso interessado em usar um massacre de operários como pretexto para dar um golpe de Estado fascista. Um golpe fascista, a essa altura do processo de restabelecimento dos direitos democráticos, não só seria contra os interesses da maioria dos brasileiros, como faria dos generais Figueiredo e Golbery as suas primeiras vítimas".

Mas, apesar das nuvens cinzentas, Primeiro de Maio é dia de manifestação popular. O ano novo do povo está raiando.

Victor Jara, cantava: "Levanta e olhe a montanha

Levanta e dê as mãos  
Para crescer, abraça teu irmão  
Juntos, unidos pelo sangue  
Vamos fazer o tempo  
que pode ser agora".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

Ausente, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, nobre Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao ocupar a tribuna nesta tarde, véspera de Primeiro de Maio, Dia Universal do Trabalho, devo antes de ler uma mensagem ao trabalhador da Comissão Regional Provisória do meu partido, o Partido Trabalhista Brasileiro, encaminhar à Mesa um projeto de lei que dispõe sobre a autorização para a implantação de instalações industriais para a produção de energia nuclear. (Lê):

#### PROJETO DE LEI N.º 36/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — A implantação de usinas atômicas para a produção de energia nuclear no Paraná dependerá de autorização da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, assim como de REFERENDUM da população dos municípios circunscritos num raio de 150 quilômetros em torno do local pretendido para estas instalações.

Art. 2.º — A autorização legislativa será concedida como primeiro procedimento do processo especial de autorização para esta implantação de instalações industriais.

Art. 3.º — Em caso de rejeição legislativa desta autorização, dispensar-se-á o REFERENDUM popular de que trata o artigo primeiro.

Art. 4.º — Caso a autorização seja aprovada pela Assem-

bléia Legislativa, o Presidente da Casa deverá proceder à consulta referendária prevista no artigo primeiro.

Art. 5.º — A rejeição da autorização pela maioria simples do eleitores que se manifestarem através do REFERENDUM popular provocará a nulidade da autorização legislativa.

Art. 6.º — Só será completo o processo de autorização após a promulgação pelo Presidente da Assembléia, se sua rejeição liminar pela Assembléia Legislativa ou dos resultados do REFERENDUM popular.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 8.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1980.

(a) ADALBERTO DAROS

#### JUSTIFICATIVA:

Ao analisar o processo de execução do Acordo Secreto entre o Brasil e a Alemanha, sobre a colaboração para a produção de energia nuclear, e suas implicações, no âmbito de nossa tecitura institucional, posicionamo-nos face à possível implantação de uma usina nuclear no Estado do Paraná.

Formulando-se um programa de desenvolvimento nuclear como uma alternativa tecnológica para o País, o mesmo, conjuntamente, poderia enquadrar-se no âmbito de competência exclusiva da União, classificado como assunto de segurança nacional. Visualizando-se, no entanto, o programa nuclear, como uma alternativa energética, que se operacionaliza pela multiplicação das usinas de produção de energia, o seu enquadramento institucional se altera, para reger-se pelo artigo oitavo, inciso XVII, parágrafo único da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional número 1, de 17 de outubro de 1969, que disciplina a competência legislativa da União, supletivamente partilhada pelos Estados, nas áreas de produção e consumo. De fato, é área de intervenção legislativa estadual, constitucionalmente assegurada, o campo da produção industrial, inclusive de energia, desde que não conflitando com a lei federal.

Ora, o acordo Brasil - Alemanha, não se constitui em lei federal, e nem existe lei federal que determine a localização das indústrias de produção energética dele decorrentes. Nesta medida, a Assembléia Legislativa do Estado tem plena jurisdição para dispor sobre a oportunidade ou não dessa instalação no Estado do Paraná.

Diante desta competência jurisdicional, e se colocando na ordem do dia das decisões discricionárias dos organismos burocráticos do Governo Central, a escolha de local para implantação de novas usinas nucleares, não pode a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná permanecer à margem destes acontecimentos, pelo que propomos a consideração dos Srs. Deputados o presente projeto de lei".

Com referência ao dia de amanhã, o dia dos trabalhadores, o Dia do Trabalho, a mensagem do PTB é a seguinte: (Lê):

"A luta do Trabalhador Brasileiro, por suas reivindicações mais justas, data dos fins do século passado, e se pontilhou de atos de violência praticados pelos poderes constituídos, a serviço das minorias oligárquicas e aproveitadoras. Ele não se rendeu, porém, diante das prisões, dos espancamentos, das torturas e da morte, porque o seu sentimento de justiça foi mais forte do que tudo.

Com a vitória da Revolução de Outubro de 1930, a única realmente de caráter nacional, e com a ascensão de Getúlio Vargas, nos braços do povo, à chefia da Nação, vieram então, sem dor e sem sangue, as conquistas do Trabalhador Brasileiro, porque pacíficas e humanas. O trabalhador ganhou a jornada de oito horas, o pagamento de horas extras, a estabilidade no emprego, a lei de férias, o repouso semanal remunerado, o salário mínimo, segurança e higiene nos locais de tra-

balho, a Justiça do Trabalho, a assistência odontológica e a assistência médico-hospitalar, a pensão e a aposentadoria, o auxílio-natalidade, o auxílio-maternidade e o auxílio-funeral, e muitas outras relevantes vantagens. O trabalhador deixou de ser trapo inútil e transformou-se num dos mais sólidos alicerces da Sociedade Brasileira.

O golpe militar de 64 se fez contra o trabalhador. O Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço foi exigência imposta pelas multinacionais, para acabar com a estabilidade no emprego. Nenhum trabalhador está tranqüilo e seguro quanto ao dia de amanhã. Pouco importa, no entanto, aos grupos estrangeiros e aos seus testas-de-ferro que os fantasmas da miséria e da fome estejam rondando os lares humildes e cada vez mais pobres.

O trabalhador brasileiro voltou à rua, para recuperar os direitos que havia conquistado no governo de Getúlio Vargas. Quer uma vida decente e estável, através do salário condigno. Recusa-se a ser espoliado em suas energias pelos sanguessugas de dentro e de fora do País. Propõe-se a continuar na obra de construção de grandeza nacional, mas quer ocupar o lugar que bem merece, como ser humano e como célula viva da nacionalidade brasileira.

O PTB, defensor da obra social de Getúlio Vargas, se coloca inteiramente ao lado das classes trabalhadoras, por compreender a sua luta e o seu idealismo. Considera, pois, o Dia do Trabalho como um dia de revigoramento da esperança numa Pátria mais humana e mais justa; sobretudo de esperança, numa Pátria de todos os brasileiros."

Era só, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Fidelelino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Os Professores do Oeste do Estado, reunidos no "I Encontro de Professores do Oeste Paranaense - I EPOP, primeira parte, nos dias 19 e 20 de abril, em Cascavel, por iniciativa das Entidades de Classe do Magistério do Paraná, da Associação dos Professores do Paraná - APP, da Associação dos Professores Licenciados do Paraná - APLP, e do Conselho de Representantes de Professores do Paraná - CRPP, para debater sobre o "Educador e a Realidade Atual da Educação Brasileira", dirigem-se aos professores do Paraná e à comunidade em geral, para levar as conclusões aprovadas após longos, grandes e elevados debates.

1. RECOMENDAR a participação dos professores na política, analisando os programas de cada partido, filiando-se conscientemente àquele que julgar melhor, tornando-se elementos candidáveis, para, em tudo, fazer e exigir a boa política, sem prejuízos de seu cargo de Professor.

2. CONVIDAR TODOS OS PROFESSORES para se filiarem às entidades, ao mesmo tempo solicitar a fusão das três Entidades.

3. ELEGER uma diretoria provisória para a sub-sede da Região Oeste, formada com dois ou três elementos de Cascavel e um elemento de cada cidade aqui presente. (Toledo, Terra Roxa, Capitão Leônidas Marques e Catanduvas).

4. RATIFICAR as conclusões da última Assembléia Conjunta das três entidades, realizada no dia 23 de março, em Curitiba.

5. EXIGIR a Reforma da Reforma do Ensino, voltada para uma educação das classes trabalhadoras, através do ensino gratuito, de cursos realmente profissionalizantes e não apenas com disciplinas profissionalizantes, através de currículos mais adequados, de valorização dos mestres, enfim, que se revise e se repense, com os professores, através dos Representantes de Classe, tudo o que exige o processo educacional humanizante.

## 6. REIVINDICAR

6.1. O enquadramento dos professores estabilizados no Quadro Único para o Quadro Próprio do Magistério.

6.2. Lei de contagem recíproca de tempo de serviço prestado à empresa privada, prefeitura e estado, desde que não seja paralelo, nos moldes da lei federal.

7. EMITIR moção de solidariedade ao eminente Professor e Jurista DALMO DE ABREU DALLAR, que por motivo de sua prisão em São Paulo, não pode proferir conferência no Encontro e convidá-lo para proferir palestra em Toledo, na segunda parte do Encontro.

8. EMITIR moção de apoio aos professores de Minas Gerais, que a partir da próxima terça-feira entrarão em greve.

9. EMITIR moção em que conste:

9.1. Apoio aos metalúrgicos de São Paulo;

9.2. Protesto contra as intervenções nos sindicatos e contra as prisões e o enquadramento de seus líderes na Lei de Segurança Nacional.

Cascavel, 20 de abril de 1980.

Com o endosso das Entidades:

APP — Associação dos Professores do Paraná

APLP — Associação dos Professores Licenciados do Paraná

CRPP — Conselho de Representantes de Professores do Paraná”.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“O Paraná e o Brasil estão perdendo seu comércio com o Paraguai, a partir de Foz do Iguaçu. Um comércio hoje pequeno mas que abre condições para ampliar-se e constituir uma prática de alta significação no relacionamento entre a população dos dois países.

Não o comércio maior, resultante das obras de Itaipu, mas um comércio que se desenvolveu na fronteira incrementado pela atitude de parceiros favorecidos, baseado tanto no turismo como no trânsito de lado a lado em razão da maior integração que a obra de Itaipu vem propiciando.

Conforme o Artigo terceiro da Lei número: 5025, compete privativamente ao Conselho Nacional de Comércio Exterior - CONCEX, baixar normas necessárias à implementação da política de comércio exterior, assim como orientar e coordenar a sua expansão.

Com base nessa competência, aquele Conselho baixou a resolução número 120, de 09 de janeiro de 1979, onde define:

“XII — Estão dispensadas da exigência constante do item XI, as seguintes remessas de mercadorias destinadas ao exterior, através de qualquer via, inclusive postal, sob a denominação de amostra, petit paquet e colis postaux:

... c) mercadorias de livre exportação no chamado “comércio de formiga”, realizado nas cidades situadas em zonas fronteiriças;”

Em decorrência, a Carteira do Comércio Exterior - CACEX, definiu o seguinte:

... “42) Comércio de Formiga - É aquele realizado pelas populações limítrofes para a complementação de suas economias. Caracteriza-se por ser comércio de mercadorias à varejo, destina-se ao consumo das populações vizinhas do Brasil e do país limítrofe, e por limitar-se cada operação ao equivalente, em cruzeiros, a US\$ 150”.

Levando em conta esses aportes legais e normativos, a CEASA do Paraná representou contra a Superintendência Regional da Receita Federal na Nona Região Fiscal, por ter limitado e proibido formas de comércio necessárias aos produtores de Foz do Iguaçu. Entretanto, não foi atendida em

suas postulações em favor dos produtores do Paraná e dos consumidores dos dois lados da fronteira Brasil-Paraguai.

Os produtores de Foz do Iguaçu e municípios vizinhos se empenham em abastecer o mercado regional e a destinar seus excedentes para o vizinho Paraguai, onde a aceitação é crescente e se formaram hábitos de consumo.

Acreditamos que as normas para o Comércio de Formiga procuram impedir a passagem de produtos especiais e de alto custo que não tenham pago contribuição fiscal; ou de grandes volumes isentos de tributos especiais. Mas a saída de produtos hortigranjeiros para consumo imediato e em quantidades limitadas não prejudica o fisco brasileiro. Se houvesse alguém a reclamar seria o vizinho Paraguai, por essa venda em seu território. E isso não acontece. Ao contrário, é do interesse dos paraguaios que estão sendo abastecidos.

Passo a ler uma carta enviada pelos produtores de São Miguel do Iguaçu, relatando sua situação:

“O presente documento leva ao conhecimento dos senhores, a atual situação dos produtores de hortigranjeiros dos municípios do extremo oeste paranaense, situação esta precária, motivada pelo fechamento da exportação de hortigranjeiros para o Paraguai através da Ponte da Amizade, a qual era realizada até a primeira quinzena do mês de abril, conforme convênio firmado entre os dois países.

Hoje cerca de 60 (sessenta) produtores representam a categoria na comercialização dos produtos na CEAFOZ. Cada produtor emprega em média cinco (05) outros elementos para a produção de hortigranjeiros, tais como: almeirão, agrião, abóbora, alface, alho, batata, beterraba, beringela, brócole, cenoura, couve, cebola, ervilha, espinafre, feijão-vagem, giló, mandioca, melancia, melão, maxixe, nabo, pimentão, quiabo, repolho, rabanete e rúcula.

Esses produtores conseguem abastecer a região, com excedente muito superior ao próprio consumo desta. O excedente era comercializado no país vizinho (Paraguai), sendo que hoje o produto está se perdendo na lavoura, reduzindo significativamente a capacidade de pagamento dos produtores, aos investimentos realizados no setor, acarretando também a liberação de quase toda mão de obra com vínculo empregatício, uma vez que através de levantamento efetuado, constatou-se uma queda de oitenta por cento do consumo de hortigranjeiros, após o fechamento da exportação pela CACEX.”

A pretensão que defendemos é que, dentro dos limites esabelecidos pelo CONCEX e normalizado pela CACEX se facilite o tráfego de produtos hortigranjeiros através da Ponte da Amizade. E que a ferocidade fiscal da burocracia não supere o atendimento aos interesses das duas populações.

Mais do que a rigidez do texto normativo deve ser observado o espírito com que o CONCEX e a CACEX trataram a questão. O Comércio de Formigas é parte do processo de relações e entrosamento da população da fronteira. Temos interesse em que as duas populações se complementem economicamente, sem burla ou ofensa aos interesses da economia nacional.

Por isso, estamos requerendo envio de ofício ao Ministério da Fazenda e ao Conselho Nacional de Comércio Exterior, à CACEX e à Secretaria da Receita Federal, encarecendo uma atitude em favor dessas populações e que seja elevada a cota de US\$ 150 para US\$ 500, e também para o pagamento em cruzeiros.

Se essa reivindicação for atendida, estaremos prestando um serviço às populações de fronteira, aos produtores e ao próprio País, beneficiário do incremento de relações amistosas.

SÚMULA: Requer envio de ofício ao Ministro da Fazenda, ao CONCEX, à CACEX e à Secretaria da Receita Federal, solicitando facilidades ao comércio na fronteira e elevação da cota limite de US\$ 150 para US\$ 500.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições



regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, que o Poder Legislativo officie aos Excelentíssimos Senhores Ministro da Fazenda, Diretoria do Conselho Nacional do Comércio Exterior, Direção da Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil e ao Secretário da Receita Federal, solicitando que seja facilitado o "COMÉRCIO DE FORMIGA", entre brasileiros e paraguaios na região de Foz do Iguaçu, e que se eleve o valor dessas operações de US\$ 150 para US\$ 500".

Nós queríamos deixar caracterizado no final, que esse nosso pedido é para se dar apoio à exportação dos nossos produtos, produzidos na Região Oeste paranaense, e que está com uma grande aceitação pelo vizinho país paraguaio.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, nobre Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos encaminhando à Mesa um requerimento que pede a transcrição nos Anais deste Poder, do manifesto dos alunos do curso de Geologia da Universidade Federal do Paraná, um voto de solidariedade às suas reivindicações e ao movimento grevista. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais deste Poder do manifesto dos alunos do curso de Geologia da UFP e voto de solidariedade às suas reivindicações.

Requer, outrossim, que a decisão deste Poder seja comunicada ao Diretório Acadêmico do curso de Geologia da UFP e o Sr. Ocyron Cunha, Magnífico Reitor da UFP.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1980.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Os alunos do curso de Geologia, em número de 150, da UFP, estão em greve há 22 dias. A greve é das mais justas em virtude da total precariedade em que se encontra o referido curso. Tal situação perdura já há vários anos sem que os responsáveis pela mesma tivessem tomado quaisquer medidas para alcançar a solução exigida pelos estudantes, que é correta.

Lamentável sob todos os aspectos que, num País tão extenso, que precisa ter seu território conhecido através de levantamentos geológicos, não se dê a importância que o problema requer.

Os alunos querem e exigem professores competentes, todos os equipamentos necessários e em condições de uso, verbas suficientes para poderem se qualificar para servirem ao Brasil. Brasil que necessita ser estudado por geólogos brasileiros, e não por estrangeiros que muitas vezes servem a interesses forâneos.

Não se justifica o verdadeiro descaso com que o assunto de tal magnitude seja tratado. Dentro dos objetivos maiores da Nação brasileira é grande a importância da Geologia. O nível que o país exige dos seus geólogos não pode ser prejudicado pela vesguice dos atuais dirigentes universitários. Se não há verbas porque se faz a devolução de polpudas somas ao final dos exercícios pela direção da Universidade?

Os alunos perguntam ao senhor reitor: não é mais fácil resolver os problemas do curso de Geologia do que colocá-lo em recesso?

Esperamos que a Assembléia se posicione favoravelmente a este voto de solidariedade que temos certeza contribuirá para uma rápida solução do problema que aflige os estudantes do curso de Geologia da UFP."

Passo a ler o manifesto dos alunos do Curso de Geologia.

(Lê):

"Julgamos necessário trazer ao Conselho de Ensino e Pesquisas alguns esclarecimentos no que diz respeito à paralisação de aulas no Curso de Geologia, bem como as reivindicações sobre as quais está alicerçado o referido movimento.

Inicialmente é importante fazer constar os motivos que nos levaram a paralisar as aulas das disciplinas do Departamento de Geologia: o documento elaborado por comissões de alunos (Curso de Geologia - UFP/Levantamento) traduz as necessidades mínimas para o aparelhamento e bom funcionamento do Curso de Geologia.

Estas necessidades são reconhecidas pelo "Plano Diretor para o Curso de Geologia da Universidade Federal do Paraná, (1975), pela Associação Profissional dos Geólogos do Paraná (AGEPAR) e pelos próprios professores do Curso de Geologia.

Tendo sido este levantamento ignorado pela Chefia do Departamento de Geologia e impossibilitados de levar às autoridades superiores as nossas reivindicações, decidimo-nos pela paralisação de aulas.

Atualmente, o Departamento tem se mostrado mais receptivo, tendo sido aventadas soluções para os problemas. Estas, no entanto, dependem, para sua concretização da atuação dos órgãos superiores desta Universidade. Sendo efetivas as promessas feitas pelo Magnífico Reitor, em reunião com os alunos no último dia 26 do corrente, como: contratação de professores solicitados, atendimento às aulas de campo pelos veículos da Universidade com prioridade para o Curso de Geologia, contratação através da Fundação, de técnicos para os laboratórios e efetivação da manutenção do material existente por firma especializada, evitando assim que o patrimônio do Departamento seja dilapidado, tudo isso em caráter de urgência, teriam os alunos condições de retornar às aulas imediatamente.

Os estudantes de Geologia esperam contar com o apoio desta egrégia instituição no sentido de dotar o Curso de Geologia das condições mínimas razoáveis para o seu funcionamento, considerando que isto é um objetivo comum de alunos, professores e direção.

Reiteramos ainda nossa intenção de continuar a paralisação, entendendo que esta é a única maneira encontrada para a obtenção das soluções urgentes que requer o momento".

É este o nosso requerimento, Sr. Presidente, e este o manifesto que fiz constar dos Anais da Assembléia Legislativa e que foi elaborado pelos alunos do Curso de Geologia da Universidade Federal do Paraná.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Solicitamos a palavra, no Pequeno Expediente, para encaminhar um requerimento à apreciação da Casa, tendo em vista a solicitação formulada pela egrégia Câmara Municipal de Jacarezinho.

Neste sentido, requeiro, ouvido o Plenário, que seja endereçado apelo ao Sr. Presidente da República, aos Srs. Ministros das Minas e Energia, Planejamento, Indústria e Comércio, no sentido de preservar o setor de produção e comercialização do Álcool Anidro para fins carburantes, de toda e qualquer participação ou ingerência de capitais ou empresas estrangeiras.

O presente apelo se insere, perfeitamente, no conjunto de preocupações patrióticas, expressas em pronunciamentos veementes e oportunos de ilustres brasileiros, dentre os quais o General Ernani Ayrosa, Chefe do Estado Maior do Exército que, recentemente, se manifestou contrário à participação de capitais estrangeiros no PRÓALCOOL, afirmando, acertadamente, ser o combustível derivado de álcool um produto brasileiro,

cujas exploração deve ser reservada, exclusivamente, às empresas nacionais e aos setores governamentais competentes.

A experiência tem demonstrado que os problemas energéticos devem ter suas soluções encontradas, sempre que possível, dentro do próprio País, sem dependência externa, notadamente nos dias de hoje quando ganha maior intensidade e incentivo a concentração de todos os esforços na busca da solução à crise mundial de energia.

É certo que, as empresas nacionais estão aptas a oferecer a contrapartida para que o projeto do álcool anidro amadureça e se viabilize, mormente com a injeção de recursos que já são oferecidos pelos bancos de investimentos do País.

Note-se que, atualmente, é o Brasil o detentor da tecnologia para o fabrico do álcool e não temos a necessidade de importá-la.

Dai deflue, também, a desnecessidade de captação de investimentos externos para o plantio, industrialização e comercialização, havendo isso sim, a necessidade de exercermos internamente o controle sobre este produto com a finalidade de, a curto prazo, alcançarmos a auto-suficiência no campo energético.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1980.

(a) ERONDY SILVÉRIO"

O presente apelo se insere no conjunto de preocupações patrióticas expressas em pronunciamentos veementes e oportunos de ilustres brasileiros, dentre os quais o General Ernani Ayrosa, Chefe do Estado Maior do Exército, que recentemente manifestou-se contrário à participação de capitais estrangeiros no PRÓALCOOL, afirmando ser o combustível derivado do mesmo, um produto brasileiro, cuja exploração deve ser reservada exclusivamente às empresas nacionais e aos setores governamentais competentes.

Sr. Presidente, o nosso requerimento é baseado no movimento que fazem hoje diversas Câmaras Municipais do Estado. Tenho certeza que muitos dos Srs. Deputados, com assento nesta Casa, receberam de seus companheiros do interior, idêntica solicitação.

Estamos recebendo da Câmara de Jacarezinho, um expediente solicitando o nosso pronunciamento de apoio às declarações do General Ernani Ayrosa, Chefe do Estado Maior do Exército, das Forças Armadas.

Este, em pronunciamento recente, fez uma profissão de fé patriótica, ao não admitir que o Programa PRÓALCOOL tivesse a participação de capitais estrangeiros.

Isso tudo se deve a uma infeliz declaração do Sr. Ministro da Indústria e Comércio, que declarou, em recente entrevista, que o Governo convidaria os empresários nacionais a participarem do Programa PRÓALCOOL, e se verificasse não haver interesse por parte do empresariado nacional, era evidente que no interesse do País, teria que abrir as portas desse programa ao capital estrangeiro.

Essas declarações infelizes levantaram uma onda de protesto em todo o País. Porque não se admite, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que uma tecnologia própria, exclusiva do Brasil, na exploração do álcool anidro como combustível, hoje sucedâneo perfeito, substituto perfeito para a gasolina, que nós sabemos desde a crise internacional do petróleo, praticamente este combustível tem as suas reservas com os dias contados.

Então, este esforço ingente da tecnocracia brasileira para descobrir o sucedâneo da gasolina e o encontrou no álcool anidro.

Não é possível, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, que o Governo brasileiro abra as portas da exploração desse sucedâneo energético às companhias estrangeiras. Porque nós sabemos quanto estas companhias infelicitaram as nações produtoras de petróleo:

Nos sabemos que os Países produtores de petróleo, hoje,

quase todos, embora o cartel da OPEP, embora as medidas de proteção adotadas ultimamente pelos países produtores de petróleo, mas sabemos que a fatia maior fica, efetivamente, com as sete irmãs que exploram o petróleo no mundo inteiro.

Por essa razão é que eu, com muito prazer, atendo aquela solicitação da Câmara Municipal de Jacarezinho, incorporando a minha voz à dos Vereadores de Jacarezinho, num protesto às declarações, ao meu ver infelizes, do Ministro da Indústria e Comércio.

As dificuldades, porventura, a serem encontradas pelos empresários brasileiros, no desenvolvimento desse programa, deverão ser supridas pelo Governo brasileiro, que tem, efetivamente, nos bancos de fomento; que tem, efetivamente, nas reservas monetárias instituídas para a pesquisa de sucedâneos do petróleo, tem condições de fornecer ao empresariado nacional os meios indispensáveis para que a exploração do PRÓALCOOL fique efetivamente na mão dos brasileiros.

Nós sabemos que nos recentes aumentos da gasolina, do preço da gasolina, há uma sobretaxa exatamente reservada para a pesquisa do petróleo, para incentivação de pesquisas que visem obter sucedâneos para a energia proveniente do petróleo.

Então, não se justifica que o Governo venha hoje querer atribuir apenas ao empresário nacional com capital próprio o encargo de incentivar o programa PRÓALCOOL.

É necessário que o Governo lance mão desses recursos que são dirigidos e destinados quase que exclusivamente à PETROBRÁS, mas que lance mão desses recursos para ajudar o empresariado nacional que efetivamente quer engajar-se no Programa PRÓALCOOL.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê):

"O mundo inteiro volta, festivamente, suas atenções, como faz todos os anos, para o Primeiro de Maio.

O Dia do Trabalhador deve levar os democratas, dentro de sua identidade política, a uma séria reflexão.

Não basta apenas a conceituação comemorativa de uma efeméride que não pode esgotar o seu conteúdo em um dia ou mesmo, uma semana.

É mister a reflexão diuturna do compromisso que todo partido democrático deve carregar, em seu bojo, feito um grande pacto histórico: o compromisso com a classe trabalhadora.

A função social do capital nos conduz à posição de supremacia do Trabalho sobre as razões do Capital.

Este não é o pensamento da elite dominante que fez de seus privilégios e de sua perpetuação o seu grande pacto de unidade.

O Cristianismo foi o responsável ideológico por uma posição nova quando consagra como preferencial e essencial a sua luta em favor dos pobres e oprimidos.

O que tem o pobre a oferecer? Por que e por quem é oprimido?

A partir destas indagações desenvolve-se a idéia básica do pacto de unidade do PMDB, por cuja liderança ocupo esta tribuna, registrando nossa posição no Dia do Trabalhador.

Enquanto a elite dominante procura argumentar com razões conjunturais para a grande crise nacional, todos sabemos que a estrutura vigente é a grande responsável pela dominação a que é submetida a grande maioria de nossos irmãos.

A conjuntura explica desvios momentâneos ao passo que a estrutura determina a injustiça social dentro de um quadro voltado para interesses externos, associados ao querer mino-



ritário de quem, tendo força econômica e física, não tem, entretanto, a legitimidade popular.

O processo capitalista concentrador, visando o econômico e se esquecendo do social, está sendo a determinante direta por um esvaziamento de nossos campos.

Os camponeses perdem suas terras, seu trabalho e, mais grave, sua identidade rural e cultural; não conseguem, na arrancada de liberação de mão de obra primária, uma nova identidade cultural.

Formam-se pois, os cinturões da miséria e marginalização nas grandes cidades que, ao tempo em que se metropolizam, esmagam e oprimem milhões de irmãos nossos.

Não vale a pena citar números de desempregados e subempregados. São milhões. As consequências são gravíssimas. Perde-se uma geração e está se perdendo a geração seguinte.

De nada adianta o crescimento econômico se dele não pode participar o povo.

O Paraná já ostentou posição privilegiada na renda nacional, tendo estado sua população entre os quatro centros de maior renda per capita do País. Vejamos a posição hoje.

Oitenta e cinco por cento dos trabalhadores na agricultura recebem menos de 1,2 salários mínimos. O mesmo ocorre com cinquenta e nove por cento dos trabalhadores na indústria, assim como na área de prestação de serviços acontece com cinquenta e três por cento de seus trabalhadores.

Enquanto o trabalhador deve gerir a sustentação de sua família com um rendimento ao nível de salário mínimo, a FUNABEM gasta para manter um menor, com desvio de conduta, em suas prisões, o equivalente a sete salários mínimos mensais.

O desemprego e o subemprego geram a miséria e a desagregação familiar cujo custo financeiro e social para a correção do equivalente a três por cento das necessidades do menor carente, corresponde, "per capita", ao equivalente a sete famílias regularmente entrosadas na máquina de produção. Eis aí uma grande contradição. E os outros noventa e sete por cento? É então uma geração que se perde.

Os dados governamentais indicam que o Paraná tem uma população rural de sessenta e dois por cento de seu universo demográfico.

Apenas três por cento dos trabalhadores na agricultura ganham mais de três salários mínimos. No setor industrial, o percentual vai a oito por cento. Já no setor de prestação de serviços chega-se a quinze por cento. Significam estes números que apenas 650 mil paranaenses, dentro de dez milhões, recebem mais de três salários mínimos.

Em uma democracia social, o salário deverá ter um componente indireto que possa garantir ao trabalhador plena segurança em setores básicos, como habitação, alimentação, educação, saúde e trabalho.

Os benefícios sociais que poderiam representar o rendimento indireto são inexistentes ou quase.

Os reajustes salariais efetivos provocam uma rotatividade de mão de obra, mostrando claramente que a elite se sente protegida pela estrutura para, em nome da conjuntura, explorar, ainda mais, as necessidades de subsistência do trabalhador.

As grandes conquistas históricas do trabalhador como o os sindicatos, a livre associação, a estabilidade funcional, o sistema previdenciário foram deturpadas e lançadas contra o próprio trabalhador.

O sistema sindical, baseado na "Carta del Lavoro", do Estado fascista da década de 30, conduz o trabalhador à perplexidade e à desesperança.

Os Delegados Regionais do Trabalho deveriam representar os interesses do trabalhador, força socialmente grande mas impotente diante do estado policalesco. Daí ser fato normal e rotineiro que as credenciais de tais delegados devam se enquadrar muito mais aos parâmetros do autoritarismo institucio-

nalizado do que em sua origem funcional hipoteticamente trabalhadora.

Se tais Delegados, agentes do capital, ao invés de serem responsáveis pelo bom encaminhamento das relações do trabalho.

O bem estar de um povo não tem como indicadores apenas as realizações materiais.

Quantas e quantas vezes uma realização material apenas significa uma angústia maior para a família dos trabalhadores.

O País cresceu e progrediu. Seus índices de crescimento foram elevados.

Deve-se fazer a mesma indagação que Paulo VI coloca na "Populorum Progressio", quando questiona o sujeito do desenvolvimento.

Construiu-se no Brasil uma fachada de modernização. Questiona-se a quem interessou e a quem veio beneficiar esta fachada.

Paralelamente, sublimou-se o poder da elite, hoje atrelada aos grandes interesses multinacionais.

Expandiu-se, é verdade, na área de prestação de serviços, principalmente, uma classe média de cuja consciência política em muito irá depender o equilíbrio de forças nacionais. A fachada de modernização assim o exigiu.

Chegou a hora de se exigir também os benefícios de tal modernização para todos os trabalhadores. É uma exigência de sobrevivência nacional. Uma tecnocracia não pode continuar a considerar cada criatura humana, "feita à imagem e semelhança do próprio Deus", como afirma o Gênesis, um simples número de computador ou mera peça de uma grande máquina.

A missão do homem, enquanto homem, é muito mais elevada e digna.

Não há estado policalesco que possa, indefinidamente, esquecer os anseios da grande maioria. Pode ela estar marginalizada, desconsiderada, pobre e oprimida, mas continua sendo, na profecia da Escritura, "o templo do Deus Vivo". E como tal, é depositária de um potencial, incomensuravelmente poderoso. O homem não é o objeto da História. É seu autor e agente. As grandes transformações não acontecem por acaso e nem por definições técnicas. Acontecem porque o homem é uma parcela da sabedoria infinita, infundida na humanidade.

As estruturas têm que ser alteradas como alterado deve ser o equilíbrio das forças sociais, hoje vigentes.

A crise do ABC, em São Paulo, o movimento reivindicatório dos trabalhadores do ensino em Minas Gerais, a situação de 36 milhões de lavradores sem terra, os milhões de "bóias-frias" do Paraná e os oito milhões no Brasil não aconteceram por acaso.

Enquanto o autoritarismo, sustentado por um "sistema" aparentemente invisível, mas presente a tudo, pensa em soluções setoriais, a solução entre tanto, deve ser global.

Não é em vão que no Grande Rio de cada cem menores com desvio de conduta, mais de setenta por cento provêm dos cinturões periféricos de marginalização, enquanto seus pais ganham salário mínimo, oitenta e cinco por cento deles não têm emprego definido e noventa e cinco por cento não têm o primeiro núcleo do primeiro grau em termos de escolarização.

A solução não é, pois, setorial, e deve ser global.

O PMDB, como tantas outras alternativas de oposição, vanguarda a necessidade de um novo pacto social, consubstanciado na convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte que defina um ordenamento institucional, constitucional e jurídico para a Nação brasileira como única forma de transpor o fosso profundo que separa o querer da Nação, do impor do Estado.

O drama do trabalhador não pode escapar a esse enfoque.

Como nós, todos gostaríamos de estar amanhã, confraternizando com os trabalhadores em um grande feriado nacional.

Que feriado? Se para 14 milhões de menores, fora das escolas, já é feriado permanente, não de festa, mas de amargura de não participarem da marcha nacional.

Que feriado? Se para 36 milhões de lavradores, a ausência da terra já é um feriado permanente, não de festa, mas da angústia de não terem chão e não possuírem sua área cultural própria.

Que feriado? Se para 40 milhões de migrantes, sua vida é um feriado permanente, não de festa, mas da humilhação de baterem de porta em porta, de local em local e não conseguirem se localizar e se fixar para definirem a sua identidade familiar.

Que feriado? Se para tantos milhões de trabalhadores os benefícios de uma fachada de modernização é um feriado permanente, não de festa, mas da opressão de construir a grandeza de um País e verem os frutos de seu trabalho engordar ainda mais as burras de uns poucos.

Que feriado? Se para 120 milhões de brasileiros a participação política é um feriado permanente, não de festa, mas da opressão de um estado autoritário, a decidir, a portas fechadas, o destino de todos a favor de alguns.

Assim chegamos a mais um Primeiro de Maio.

Oxalá seja esta a oportunidade da renovação de nossas intenções para, em nome do trabalhador e ao seu lado, lutarmos todos para a implantação de uma verdadeira democracia social.

Muito mais que de festejos, o Dia do Trabalhador deve ser o dia da Consciência de que a luta continua.

Estamos hoje mais próximos da vitória.

**O Sr. Luiz Alberto Oliveira** — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Renato Bernardi, estou acompanhando com muito interesse o pronunciamento que Vossa Excelência faz nesta tarde, na condição de Líder e de Deputado interessado pelos problemas das classes mais sofridas brasileiras.

E gostaria já que Vossa Excelência citou o pranteado Papa Paulo VI, de também citar uma frase daquele que era representante de Cristo na terra. Paulo VI dizia, exatamente na "Populorum Progressum" que o desenvolvimento é o novo nome da paz. Para dizer a Vossa Excelência de que também nós, do Partido Democrático Social estamos preocupados com a enorme defasagem entre os poucos que são muito ricos e os muitos pobres que são muitos neste País.

Realmente é preciso modificar a divisão de rendas neste País.

Realmente é preciso modificar a divisão de rendas neste País, aliás este assunto é muito bem abordado por exemplo, no documento que o Governador Ney Braga encaminhou a esta Casa, contendo as suas diretrizes de ação governamental. Naquele documento há que se observar a nítida preocupação com aspecto social. Há afirmações claras, que creio que Vossa Excelência também há de concordar, de que o produto nacional não representa o medidor da felicidade do povo brasileiro.

E realmente creio que todos nós que estamos verificando alguns índices do progresso brasileiro, temos que ter a preocupação maior e a nós políticos cabe lembrar e bradar por isso, de que neste País é preciso melhorar a distribuição de rendas, não só do trabalhador, como Vossa Excelência aborda com tanta propriedade, mas também do pequeno proprietário, do homem que vive à margem do desenvolvimento social, econômico e cultural da Pátria brasileira.

Portanto, eu me congratulo com o tema que Vossa Excelência aborda e quero dizer a Vossa Excelência que essa preocupação não é exclusivamente sua, mas é também do nosso partido, o partido democrático social.

**O SR. RENATO BERNARDI** — Eu agradeço o aparte de Vossa

Excelência e devo dizer que folgo em saber que essa preocupação existe também no partido ao qual Vossa Excelência pertence. Quando Paulo VI, segundo as afirmações que Vossa Excelência traz a esta Casa, usava na Populorum Progressum a expressão de que o novo nome da paz chamava desenvolvimento, ele já se reportava à colocações feitas pelo Padre Lebrete e o seu grande organismo, a economia e o humanismo já na década de 40 e início da década de 50, quando o mundo todo se dividia no grande bloco da Guerra Fria, tentando-se dividir os homens por motivos meramente ideológicos e armamentistas.

Entretanto o Padre Lebrete, o grande inspirador da Populorum Progressum, e que foi o autor primeiro da expressão usada por Paulo VI, vinculando o nome da paz ao conceito de desenvolvimento, ainda visitando a cidade de São Paulo, e fazendo um levantamento do grande inchaço periférico que sofria aquela metrópole brasileira, Lebrete advertia ao mundo civilizado do perigo gravíssimo que corríamos, não de uma guerra de Oriente contra Ocidente, mas sim o crescimento exagerado da multidão de pobreza que poderia, por sua vez, sufocar o centro privilegiado constituído então pela elite.

**O Sr. Luiz Alberto Oliveira** — Lebrete e seus seguidores que orientaram, inclusive, a formação do primeiro plano de Governo do Governador Ney Braga.

**O Sr. Nestor Baptista** — Concede-me um aparte? (Assentimento)

Antes de mais nada, quero cumprimentá-lo pela carta que traz a este plenário, na tarde de hoje, e aproveitar a oportunidade para lembrar as diferenças que deverão acontecer neste primeiro de maio.

O Governo programou diversas competições, através da Secretaria da Cultura e do Esporte, da Secretaria de Indústria e Comércio, Prefeitura, Delegacia Regional do Trabalho, para esse dia, terminando no próximo domingo com a entrega de medalhas e troféus aos vencedores.

Muita festa, muito show, um clima realmente que dá a impressão de vivermos num País onde tudo vai bem, num Estado onde o xangrillá está presente em todos os momentos. Ao passo que nos bairros é bem diferente. Já pela manhã, haverá uma passeata de mais de 20 bairros, com diversas entidades se somando com a panela vazia, e que vai continuar reclamando contra o custo de vida.

Porque houve uma promessa do Governo, de encher a panela do trabalhador, e nada disso acontece.

Enquanto o Governo programa, Nobre Deputado Renato Bernardi, festejos e mais festejos, na tentativa, creio eu, de iludir mais uma vez, de mostrar, através do rádio, da televisão e do jornal que tudo continua bem, a verdade é que as entidades de nossos bairros estarão demonstrando às 14,00 horas de amanhã na Vila N.S. da Luz, que a realidade é bem diferente desta programação festiva do Governo, porque a panela continua vazia, volto a insistir, porque é a passeata da panela vazia, a passeata do trabalhador sacrificado, do trabalhador que há muito tempo, principalmente nos últimos 16 anos, vem sofrendo, a cada ano que passa, vem perdendo a força de seu salário, ainda que se fale em aumento razoável para o salário mínimo, que poderá ser anunciado amanhã, pelo Presidente da República, e, na oportunidade, ou seja, amanhã ainda, haverá manifestação dos 20 bairros que se estarão irmanando nesta concentração contra a carta da favela apresentada pelo Sr. Jaime Lerner, um Prefeito altamente competente para arrumar o centro da cidade, porém um prefeito sem a mínima sensibilidade para entender a miséria que está grassando nos bairros da nossa Curitiba.

Era só, Sr. Deputado, obrigado por tomar o tempo dessa carta que é apresentada hoje na tribuna.

**O SR. RENATO BERNARDI** — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e gostaria apenas de acrescentar às suas colo-

cações, que a história nos dá lições de grande profundidade. Também no império romano, quando a grande maioria do povo se sentia oprimido e esmagado, também a elite da época se reunia no Coliseu e festivamente oferecia pândegas circenses. Quando a grande massa no final do Século XVIII, estava às portas do Palácio Real, Maria Antonieta também se dirigia ao povo dizendo, que, se não tinha pão, porque não comiam biscoitos e bolos.

Meu caro Deputado Nestor Baptista, a insensibilidade sempre foi uma característica da elite dominante.

Muito obrigado — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está encerrada a Hora do expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, com o apoio dos Srs. Deputados Mário Celso e Domício Scaramella, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 6/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 08/80), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com o Município de Atalaia, objetivando estabelecer normas ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, com aplicação de dotações do FUNRESPOL e de Verbas do orçamento do referido Município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado**.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 7/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 13/80), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através de Órgãos que especificam e objetivam a concessão de um auxílio da União, repassado à SUDESUL para aplicação em obras de emergência destinadas à recuperação de bens públicos danificados pela ação das chuvas, em 1.979; em 32 municípios do Estado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado**.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Adalberto Daros, líder do PTB, constante do expediente, comunicando que fará parte da Comissão Parlamentar de Inquérito do DETRAN, em nome do PTB, bem como o Sr. Mário Celso, como suplente. — Ao Departamento Legislativo para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Doutor Gerson Torres Pereira, ocorrido na cidade de Castro. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Bortolo Durigan, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Wallace Tadeu de Mello e Silva, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo, pela indicação pelo Sr. Governador do Estado, do Doutor Odilon Túlio Vargas, para assumir a Procuradoria Geral do Tribunal de Contas do Estado. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 20.<sup>o</sup> aniversário do Bispado de Campo Mourão, sob a égide de Dom Eliseu Simões Mendes. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 131/79. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 162/79. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, ao Secretário do Interior e Presidente da Telepar com discussão encerrada. Em votação. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando a reinclusão na Ordem do Dia dos Projetos de Lei n.ºs 139/79 e 127/79. — **Retirado pelo autor**. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Justiça, em forma de pedido de informações com respeito ao Sistema Penitenciário do Estado. — **Aprovado**.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Deferido o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa) Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa)

6 Srs. Deputados aprovam; 2 Srs. Deputados rejeitam.

Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 5 de maio à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 127/79 e 139/79;

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs: 6/80 e 7/80.

Levanta-se a sessão.